

OPINIÃO
OS DOIS
CAMINHOS

Artigo na pág. 3

O diário

Director: Miguel Urbano Rodrigues • Ano 1 • N.º 243 • Preço 6\$00 • 26-10-76 • Propriedade de Editorial Caminho

O AUMENTO DOS TRANSPORTES
«PASSES» SOCIAIS
MAS POUCO...

O aumento geral de 25 por cento das tarifas dos transportes públicos determinado pelo Governo do PS para vigorar a partir do próximo dia 1 de Novembro é objecto de várias críticas por parte do PCP, através de uma nota divulgada ontem pela respectiva Secção de Informação e Propaganda.

Recordando que se trata «do segundo» aumento de tarifas no

curto período de 10 meses» — o primeiro ocorreu em Janeiro passado, tendo representado um agravamento de 40 por cento — a nota manifesta «firme desacordo com mais esta concretização de uma política que, mostrando-se incapaz de enfrentar as verdadeiras causas dos problemas, se limita a fazer pagar aos trabalhadores a crise da economia nacional, não apresentando qualquer perspectiva de solução para os problemas de fundo».

Reconhecendo que o Governo, ao mesmo tempo que decretava os aumentos das tarifas, anunciava a criação de passes «sociais» para transportes suburbanos e em alguns centros urbanos, o documento salienta que estes se limitam a «simples passes comerciais que, não sendo utilizáveis aos domingos, e tendo em conta uma média de dias de trabalho da ordem dos 21 dias, apenas conferirão, a quem viajar duas vezes por dia, cerca de 10 por cento de desconto».

O texto sublinha também que «esta modalidade de passes representará, até, para bastantes utentes, uma redução de maiores descontos que usufruíam, como era o caso do bilhete de ida e volta, sem prazo de validade. Acresce, ainda, que o facto de os passes ditos «sociais» serem por percurso e não por área e com validade por concessionário, levará muitos utentes de percursos servidos por vários concessionários a não poder beneficiar de tais passes».

Registo
Degradante

A demissão do prof. Vitorino Nemésio da direcção de «O Dia» é mais um tema para o enxame de colunistas mundanos que hoje infesta a imprensa portuguesa. O importante no episódio não são os pormenores de natureza pessoal. A renúncia do conhecido escritor tem significado político na medida em que chama a atenção para um problema de fundo: a função social da imprensa numa sociedade cuja Constituição aponta para o Socialismo.

Vitorino Nemésio acabou por ser vítima de uma engrenagem criada e desenvolvida com a sua cumplicidade. «O Dia» apareceu para ser um canal das forças mais reacçãoárias da sociedade portuguesa. Nemésio acabou por se tornar um estorvo.

Muita gente guardará a lembrança do caso que provocou a sua saída. Mas o importante, em termos políticos, não é a chicanice de uma edição em que o director, o subdirector e a redacção simulam lavar, nas colunas do próprio jornal, a roupa suja da casa. Esse aspecto da questão apenas ilumina a hipocrisia colectiva, pois que está em jogo para todos os comparções não são princípios éticos, mas outros objectivos que nenhum dos actores confessa.

Essa batalha grotesca travada entre os guerreiros de uma folha que tem sido o eco mais entusiástico da CAP e um clarim estridente da CIP tem por pólo um estranhíssimo acontecimento: o lançamento de um livro cujo autor é um elemento que cumpre em Portugal tarefas provocatórias, adequadas à sua biografia de aventureiro de ligações suspeitíssimas.

A crise de «O Dia» é uma radiografia da imprensa reacçãoária e do papel degradante que ela desempenha em Portugal.

AUTARQUIAS NA HORA DO BALANÇO

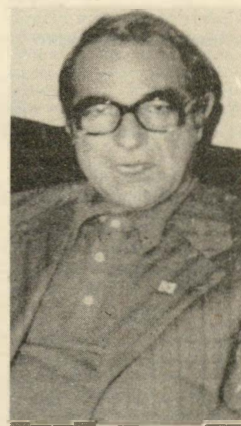
CÂMARA DE LOURES
DOIS ANOS E MEIO
DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Aproveitando um providencial prolongamento de prazo surgido como por encanto da cartola do Governo, é grande a azáfama no seio de certas organizações políticas com o objectivo de ultimarem e legalizarem a composição das listas concorrentes às próximas eleições para os órgãos de poder local.

Enquanto isso, os responsáveis por algumas autarquias fazem tranquilamente o balanço de cerca de

dois anos e meio de gestão democrática ao serviço das populações que na hora de expulsar os fascistas os encarregaram dessa missão.

A comissão administrativa da Câmara Municipal de Loures está nessa situação. José Gouveia, o presidente, transmite-nos hoje o balanço da experiência vivida naquele concelho, dando conta do diálogo que pela primeira vez se estabeleceu entre as autarquias e as



José Augusto Gouveia presidente da CA de Câmara Municipal de Loures

populações e das dificuldades que obstaram a que as ideias iniciais não fossem concretizadas em pleno. Entre os obstáculos que sobreviveram a 30 meses de Revolução conta-se o famigerado Código Administrativo de Marcelo Caetano. Experiências positivas, como esta, e também as negativas, serão o tema de uma série de oportunas reportagens concretizadas pela equipa de «o diário».

(Pág. 10/11).

ANTES DA CONFERÊNCIA DE GENEBRA
DIRIGENTES NACIONALISTAS
IMPÕEM CONDIÇÕES A I. SMITH

GENEBRA, 25 — Os dirigentes nacionalistas negros Joshua Nkomo (da ala interna do Conselho Nacional Africano — ANC) e Robert Mugabe (da União Nacional Africana — ZANU), exigiram, como condições prévias das conversações sobre o futuro da Rodésia, que sejam libertados todos os presos políticos às ordens do regime racista de Ian Smith e que terminem as acções militares contra o povo negro do Zimbábwe.

Estas exigências foram reveladas após uma reunião dos dois dirigentes nacionalistas com o presidente da conferência, o embaixador

britânico na ONU, Ivor Richards, realizada na noite de ontem. Nkomo e Mugabe apresentaram as suas exigências em nome da Frente Patriótica, da qual fazem parte não só a ala interna do ANC e a ZANU, como, ainda, os sectores nacionalistas chefiados pelo bispo Abel Muzorewa e o reverendo Ndabaningi Sithole.

Estes últimos, que hoje chegaram a Genebra provenientes de Dar-Es-Salam, afirmaram, em conferências de imprensa separadas, que os movimentos nacionalistas estavam solidamente unidos quanto às

exigências a apresentar na conferência, acrescentando que os observadores ficariam «chocados» ao verificarem a unidade demonstrada pelos diversos agrupamentos.

Daquelas exigências faz parte a reivindicação de que a conferência seja presidida por um ministro britânico e a inclusão de Ian Smith na delegação da Grã-Bretanha, uma vez que a Rodésia é legalmente uma possessão colonial daquele país, e é a Grã-Bretanha que deve descolonizar o território.

Por sua parte, o chefe do governo racista da Rodésia, Ian Smith, mantém a sua recusa em

negociar os termos do chamado «plano Kissinger», tendo afirmado que aceitou participar nas conversações na convicção de que aquele «plano» tinha sido aprovado pela Grã-Bretanha e pelos países da «Primeira Linha»: Moçambique, Angola, Botswana, Zâmbia e Tanzânia. Smith propôs ainda a comparência do secretário de Estado norte-americano na conferência de Genebra. O dr. Kissinger classificou de «altamente imprópria» a sua deslocação à Suíça e declarou, também, que os termos do seu «plano» poderiam ser negociados.

«MAGISTRADO JULGA CAUSA PRÓPRIA
E CONDENA DOIS TRABALHADORES»
UMA CARTA DO JUIZ DA COMARCA DA GOLEGÃ
E A RESPOSTA DE o diário